

**AO JUÍZO DA VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA  
DE XXXXXXXXXX/DF**

**FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, filha de Pai ed Tal e Mãe de Tal, RG n. XXXXXXXX, SSP/DF, CPF n. XXXXXXXX, residente na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX/DF, CEP: XXXXXXXX, e-mail: XXXXXXXXXXXX, telefones XXXX-XXXX / XXXX-XXXX, vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, com fulcro no art. 134, *caput*, c/c art. 5º, LXXIV, da Constituição da República, por ser juridicamente pobre, nos moldes do Código de Processo Civil e da Lei n.º 1.060/50, propor

**AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE ALUGUEL**

em desfavor de **FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, filho de Pai de Tal e Mãe de Tal, RG n. XXXXXXXX, SSP/DF, CPF n. XXXXXXXXXXXX, residente na XXXXXXXX/DF, CEP: XXXXXXXX, telefone XXXXX-XXXX, demais dados desconhecidos, pelos fatos e fundamentos a seguir deduzidos.

**DOS FATOS**

Em **XX.XX.XXXX**, foi prolatada sentença decretando o divórcio das partes e a partilha, na proporção de XX% (XXXXXXX) para cada, da propriedade do veículo **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, nos autos nº XXXXXXXX-XX.XXXX.XX.XX.XXXX, que tramitou na XX Vara de Família e de Órfãos e Sucessões de XXXX, com trânsito em julgado em **XX.XX.XXXX**.

Todavia, mesmo após a extinção do vínculo conjugal, o Requerido não providenciou a alienação do automóvel, tampouco repassou a quota parte da Requerente, usufruindo, com exclusividade, do bem.

O veículo para venda possui avaliação na tabela FIPE de R\$ XXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), conforme quadro abaixo.

Em relação ao valor do aluguel, deve ser fixada a quantia equivalente a X% (XXXXXXXXXXXXXXXX) do preço da tabela FIPE do veículo, ou seja, **R\$ XXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXX)**, devendo o Requerido arcar com a metade do referido valor (**R\$ XXXXXXXXXXXX**).

Assim, considerando que o Requerido está usufruindo com exclusividade do veículo, não restando alternativa à Requerente senão ajuizar a presente ação, com o intuito de requerer para si o pagamento da parte que lhe cabe correspondente ao indevido uso de sua cota-parte do bem.

## **DO DIREITO**

Resta inquestionável o direito de a Requerente perceber XX% (XXXXXXXXXXXXXXXXXX) do valor de sua cota parte da venda do veículo cuja partilha foi determinada judicialmente, a título de aluguel, já que o bem vem sendo utilizado exclusivamente pelo Requerido. Da mesma forma, resta assente que ele não está pagando nenhum valor para ela, enriquecendo-se ilicitamente e sem que tenha manifestado qualquer intenção em regularizar essa situação.

Cada condômino responde aos outros pelos frutos que percebeu da coisa e pelo dano que lhe causou, conforme art. 1.319 do Código Civil, *verbis*:

**“Art. 1.319. Cada condômino responde aos outros pelos frutos que percebeu da coisa e pelo dano que lhe causou.”**

Por outro lado, é entendimento pacífico na jurisprudência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios que deve ser pago em benefício da Requerente o valor do aluguel proporcional, em razão do uso indevido de bem partilhado. Senão, vejamos:

DIREITO CIVIL. UNIÃO ESTÁVEL. RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO. IMÓVEL. TITULARIDADE ANTERIOR À UNIÃO. INCOMUNICABILIDADE DO LOTE. PARTILHA DE BEM MÓVEL. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS. ARBITRAMENTO DE ALUGUEL. IMPOSSIBILIDADE.  
(...)

**3. Consoante a jurisprudência desta Egrégia Corte e do Colendo Superior Tribunal de Justiça é possível o arbitramento de aluguel, bem como o ressarcimento pelo uso exclusivo de bem integrante do patrimônio comum do casal, somente após a partilha dos bens, quando apenas um dos companheiros permanecer usufruindo o bem.**

4. Recurso conhecido e desprovido.

(Acórdão n.XXXXXXXX, XXXXXXXXX, Relator: FULANO DE TAL 5ª TURMA CÍVEL, Data de

Julgamento: XX/XX/XXXX, Publicado no DJE: XX/XX/XXXXX. Pág.: XXX/XXX)" (original sem negrito)

"CIVIL. FAMÍLIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. **AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE ALUGUEL. PARTILHA DE BENS. BEM MÓVEL COMUM. VEÍCULO. UTILIZADO EXCLUSIVAMENTE POR UM DOS COMPANHEIROS. INDENIZAÇÃO. POSSIBILIDADE.** VALOR ARBITRADO. EXORBITANTE. DECISÃO REFORMADA.

**1. É devido arbitramento de alugueres em favor de ex-companheiro não detentor da posse de veículo, em caso de dissolução de união estável, a título de compensação.**

2. Não se deve fixar como parâmetro para o arbitramento de aluguel de veículo usado, o valor das locadoras, pois nestas os veículos são novos, e o lucro está inserido no preço da locação.

3. Agravo conhecido e parcialmente provido.

(Acórdão n.XXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX, Relator: ESTADO CIVIL 5ª Turma Cível, Data de Julgamento: XX/XX/XXXXX, Publicado no DJE: XX/XX/XXXX. Pág.: XXX)" (original sem negrito)

Eis, portanto, os fundamentos fáticos e jurídicos para a procedência do pedido.

## **DOS PEDIDOS**

Ante o exposto, requerer:

**a)**a concessão dos benefícios da justiça gratuita por ser hipossuficiente nos termos do Código de Processo Civil e da Lei 1.060/50;

**b)**a citação pessoal do Requerido para, querendo, comparecer à audiência de conciliação e, sendo infrutífera, ofereça contestação, no prazo legal (art. 335, CPC), sob pena de, não o fazendo, sofrer os efeitos da revelia;

**c)**ao término, seja julgado procedente o pedido, condenando o Requerido ao pagamento de metade do valor cobrado a título de aluguel do veículo  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** para a

Requerente, na quantia de **R\$ XXXXXX**  
**(XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)** por dia, equivalente a  
metade do percentual de XX% (XXXXXXXXXXXX) do  
preço da tabela FIPE do veículo, ou de XX%  
(XXXXXXXXXXXX) do valor aferido por Oficial de justiça  
avaliador, devendo ser anualmente reajustado;

**d)**a condenação do Requerido ao pagamento das custas  
processuais e honorários, a serem revertidos ao Fundo de  
Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito  
Federal (art. 1º da Lei Complementar Distrital nº 744 de  
04/12/2007, combinado com o art. 2º, inciso I, do Decreto  
Distrital nº 28.757, de 07/02/2008), sendo recolhidos  
junto ao **Banco XXX, agência XXXX, conta**  
**XXXXXXXXXX - PRODEF.**

DAS PROVAS: Protesta provar todo o alegado por todos os  
meios de prova em direito admitidos, em especial pelo depoimento  
das partes, juntada de documentos e  
perícia judicial.

Dá-se à causa o valor de **R\$ XXXXXX**  
**(XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).**

Termos em que requer e aguarda deferimento.

XXXXXXXXXXXX/DF, XX de XXXXXX de XXXXX.

---

**Requerente**

---

**Defensor Público do Distrito Federal**